



CARGO PROCURADOR DO MUNICÍPIO

PROVA OBJETIVA – Nível Superior

MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

CONCURSO PÚBLICO – Edital de Abertura nº 02/2026

ANTES DA PROVA:



**Olá! Leia as orientações
para a realização da prova conforme
o Edital de Abertura. Boa sorte!**



- * Confira seus dados na Grade de Respostas: Nome, Nº de Inscrição e Cargo. Caso haja equívoco, comunique imediatamente ao fiscal da sala.
- * Verifique se este caderno corresponde ao cargo ao qual você realizou sua inscrição e contém o número de questões conforme expresso em edital. Caso contrário, solicite a substituição do caderno.
- * Selecione APENAS UMA alternativa correta para cada questão, que contam com 5 alternativas de resposta (A, B, C, D, E).
- * Seus aparelhos eletrônicos (relógios, celulares...) devem estar acondicionados dentro do envelope de segurança fornecido, que deve ser lacrado antes de entrar na sala.

DURANTE A PROVA:



- * Preencha e assine a Grade de Respostas e a Ata de Presença, conforme o documento apresentado, utilizando caneta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha, marca-texto e outros itens durante a realização da prova.
- * Preencha a Grade de Respostas marcando apenas uma alternativa para cada questão. Questões rasuradas, com mais de uma marcação ou em branco serão anuladas.
- * Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de materiais de consulta de qualquer natureza.
- * Nenhuma questão será anulada durante o período de prova. Escolha sempre uma das alternativas. Você poderá solicitar Recurso Administrativo sobre o gabarito preliminar, conforme datas do cronograma de execução.
- * Fique atento ao tempo de realização da prova, incluindo o preenchimento da Grade de Respostas conforme orientação apresentada na sala.

APÓS A PROVA:



- * Você poderá levar consigo o Caderno de Questões após transcorrido o tempo previsto em edital.
- * Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal da sala, aguardando a autorização para entregar a Grade de Respostas.
- * O gabarito preliminar será divulgado conforme o cronograma de execução deste edital.



Direitos autorais reservados à Fundação La Salle.
Proibida Reprodução, ainda que parcial, sem autorização prévia.

**Acesse o site:
www.fundacaolasalle.org.br/concursos
ou utilize o QR code ao lado.**



As questões de número 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Adolescentes e redes sociais: pesquisa acende alerta sobre *bullying* digital contra meninas

Na semana passada, o IBGE divulgou a maior pesquisa já feita sobre a saúde dos adolescentes brasileiros. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense) entrevistou mais de 150 mil estudantes de 13 ... 17 anos em escolas de todo o país.

Os dados mostram **que** 43% das meninas relatam sofrimento emocional grave. Uma em cada quatro sente que ... vida não vale ... pena. A satisfação com o próprio corpo caiu pela terceira vez consecutiva: era 70% em 2015, passou a 66% em 2019 e chegou a 58% em 2024. Três medições, três quedas. Entre os meninos, os indicadores também preocupam. Mas entre as meninas, o que aparece não é preocupação, é emergência.

Ao longo da série “O preço do vício em telas”, tenho falado sobre o que as telas fazem com o cérebro: o sono invadido, o vício reconhecido e não interrompido, o espelho incômodo dos adultos e os algoritmos que treinam a raiva. Tudo isso opera em qualquer pessoa conectada. Mas a Pense revela algo que ainda não tínhamos nomeado: o preço não é distribuído igualmente. As meninas sofrem mais *bullying* na escola (43% contra 37% dos meninos), mais *cyberbullying* (15% contra 10%), mais tristeza persistente e mais vontade de se machucar. Os mesmos algoritmos que alimentam a raiva, _____ a vergonha, a comparação e a _____ especialmente em meninas de até 14 anos, _____ a um *feed* que reforça a sensação de nunca serem suficientes.

No mesmo dia em que a Pense foi divulgada, um júri em Los Angeles condenou a Meta e o YouTube por negligência. Pela primeira vez, plataformas foram responsabilizadas judicialmente não pelo conteúdo que hospedam, mas pelo próprio design dos seus produtos. O caso envolvia uma jovem que começou a usar as redes na infância e chegou a passar 16 horas por dia conectada, desenvolvendo depressão e pensamentos suicidas. A defesa da Meta culpou o ambiente familiar da jovem, mas o júri não aceitou. A estratégia dos advogados da vítima foi a mesma usada contra a indústria do tabaco nos anos 90: não é que por acaso o produto leve a más consequências, mas que ele é projetado para viciar. Zuckerberg depôs pessoalmente pela primeira vez num tribunal. A Meta foi responsabilizada por 70% da indenização. A frase do advogado da jovem resume o que mudou: “o veredito de hoje é um recado de um júri para toda uma indústria.”

O Brasil não está parado. Em 17 de março, entrou em vigor o ECA Digital, a primeira lei das Américas a enfrentar diretamente o que o design viciante das plataformas faz a crianças e adolescentes: Verificação de idade real para valer e fim da autodeclaração de “tenho 18 anos”; Menores de 16 só com conta vinculada a responsável; Proibição de mecanismos como rolagem infinita e reprodução automática para menores; Multa de até 10% do faturamento. A lei existe e, agora, o desafio é outro: a pesquisa TIC Kids Online 2025 mostra que 92% das crianças e adolescentes brasileiros usam a internet e 85% têm perfil em pelo menos uma rede social. O problema que a lei enfrenta não é pequeno, é do tamanho de uma geração.

Volto aos números que abriram esta coluna. 43% das meninas com sofrimento emocional. 25% que sentem que a vida não vale a pena. Esses números têm rostos, corpo e coração: são meninas e alunas de escolas em Porto Alegre, Recife ou Manaus, com o celular no bolso e um *feed* que ninguém fiscaliza. Em toda a série, tenho falado sobre consequências negativas do vício em telas. A Pense mostrou claramente sobre quem o peso recai com mais força. Saber disso e não agir também é uma escolha.

Esta é a oitava coluna da série “O preço do vício em telas”. Te espero toda quinta-feira, aqui.

Texto Adaptado.

01. De acordo com o texto, analise as afirmações abaixo e assinale (V) para Verdadeiro e (F) para Falso.

- () O texto afirma que a legislação brasileira proíbe menores de 18 anos de possuírem perfis em redes sociais.
- () Segundo o texto, os indicadores relacionados aos meninos também causam preocupação, embora a situação das meninas seja apresentada como mais grave.
- () A Pense entrevistou estudantes apenas de escolas localizadas nas capitais brasileiras.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V
- B) F – V – F
- C) F – V – V
- D) V – F – F
- E) V – V – V

02. Em “No mesmo dia em que a Pense foi divulgada.”, a palavra sublinhada exerce função sintática de:

- A) sujeito
- B) objeto direto
- C) objeto indireto
- D) adjunto adverbial
- E) predicativo do sujeito

03. Observe o período abaixo:

A frase do advogado da jovem resume o que mudou: "o veredito de hoje é um recado de um júri para toda uma indústria".

As aspas foram usadas para:

- A) destacar o sentido conotativo da frase
- B) indicar o discurso de outrem
- C) demonstrar ironia em relação ao posicionamento do advogado
- D) marcar uma expressão estrangeira dentro da frase
- E) separar uma explicação acrescentada pelo narrador

04. Em “A defesa da Meta culpou o ambiente familiar da jovem, mas o júri não aceitou.”, a conjunção sublinhada, no contexto em que aparece, só não poderia ser substituída por:

- A) porém
- B) entretanto
- C) mas também
- D) todavia
- E) contudo

05. Considerando o emprego do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, os pontilhados do primeiro e do segundo parágrafos.

- A) à – à – a
- B) a – a – a
- C) à – a – a
- D) à – à – à
- E) à – a – à

06. Em “Pela primeira vez, plataformas foram responsabilizadas judicialmente....”, a palavra “judicialmente” pertence à classe gramatical dos:

- A) substantivos
- B) adjetivos
- C) pronomes
- D) advérbios
- E) artigos

07. No segundo parágrafo, o termo em negrito introduz uma oração:

- A) absoluta
- B) adjetiva restritiva
- C) adjetiva explicativa
- D) substantiva objetiva direta
- E) substantiva objetiva indireta

08. Considerando as regras vigentes, os tracejados do terceiro parágrafo devem ser, respectivamente, preenchidos por

- A) amplificam – inadequação – expostas
- B) amplificação – inadequação – expostas
- C) amplificação – inadequação – expostas
- D) amplificam – inadequação – expostas
- E) amplificação – inadequação – expostas

09. Leia o trecho abaixo:

Saber disso e não agir também é uma escolha.

Em relação ao termo também, assinale a alternativa correta.

- A) É um advérbio que expressa ideia de intensidade.
- B) É um pronome que estabelece ideia de inclusão.
- C) É uma preposição que introduz um complemento verbal.
- D) É um pronome indefinido utilizado para retomar um termo anterior.
- E) É um advérbio que expressa ideia de inclusão ou acréscimo.

10. Leia.

O Brasil não está parado.

Em relação ao trecho lido, analise as afirmativas abaixo.

- I – Há um período simples.
- II – Há sujeito determinado.
- III – Há adjunto adverbial.

Das afirmativas acima, qual(is) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas a I
- B) Apenas a II
- C) Apenas a III
- D) Apenas a II e III
- E) I, II e III

LEGISLAÇÃO

11. A Secretaria Municipal responsável pela organização de pessoal pretende publicar edital interno prevendo que a investidura em cargo efetivo de Analista Administrativo ocorrerá por livre escolha da autoridade superior, restringindo a participação a brasileiros natos residentes no Município. Considerando a disciplina constitucional aplicável à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) A previsão é válida se aprovada por lei municipal específica, pois a autonomia local permite substituir o concurso por escolha interna quando o cargo atender a necessidade administrativa permanente.
- B) A previsão é incompatível com a Constituição, pois a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, e os cargos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos legais, bem como aos estrangeiros na forma da lei.
- C) A previsão é inconstitucional apenas quanto à exigência de residência no Município, pois a restrição a brasileiros natos seria admitida para cargos efetivos municipais não vinculados à soberania nacional.
- D) A previsão é inválida apenas quanto à livre escolha da autoridade superior, podendo o edital restringir a disputa a brasileiros natos residentes no Município se houver interesse público local demonstrado.
- E) A previsão seria compatível com a Constituição se a livre escolha fosse precedida de entrevista, análise curricular ou processo seletivo interno entre interessados previamente cadastrados.

12. Com base na Lei Orgânica Municipal de São Leopoldo, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de verdadeiro (V) ou falso (F).

- () Em defesa do bem comum, a Câmara Municipal pode pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse público.
- () Compete privativamente à Câmara Municipal fiscalizar e solicitar informações à Administração local.
- () O parecer prévio do Tribunal de Contas, na apreciação das contas do Prefeito, substitui a atuação da Câmara Municipal e dispensa deliberação do Legislativo.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – V – V
- B) V – F – V
- C) V – V – F
- D) F – F – V
- E) V – F – F

13. Servidor aprovado em concurso público para cargo efetivo do Município de São Leopoldo teve seu ato de nomeação publicado. No entanto, por desatenção, deixou transcorrer o prazo legal para a posse e, posteriormente, também não entrou em exercício no prazo legal contado da posse. Considerando a Lei Municipal nº 6.055/2006, assinale a alternativa correta.

- A) A posse deve ocorrer em até 10 dias contados da publicação da nomeação, prorrogáveis por igual período, e o exercício em até 10 dias contados da posse, tornando-se sem efeito somente a nomeação não seguida de posse.
- B) A posse deve ocorrer em até 10 dias contados da publicação da nomeação, prorrogáveis por igual período, e o exercício em até 5 dias contados da posse, mas a falta de exercício gera apenas apuração disciplinar após a entrada em serviço.
- C) A posse deve ocorrer em até 15 dias contados da publicação da nomeação, prorrogáveis por igual período, e o exercício em até 5 dias, tornando-se sem efeito apenas a posse não seguida de exercício.
- D) A posse deve ocorrer no prazo de 10 dias contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por igual período, e o exercício deve ocorrer no prazo de 5 dias contados da posse, tornando-se sem efeito o ato de nomeação se não houver posse ou exercício nos prazos legais.
- E) A posse pode ocorrer em até 30 dias se o interessado justificar o atraso, e o exercício fica condicionado à convocação específica da chefia imediata após a posse.

14. Com base no regime disciplinar da Lei Municipal nº 6.055/2006, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de verdadeiro (V) ou falso (F).

- () Verificada acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, deve ser concedido ao servidor prazo para opção, sem prejuízo das consequências legais cabíveis.
- () Comprovada a má-fé na acumulação ilegal, a sanção pode alcançar ambos os cargos, empregos ou funções, com obrigação de devolução dos valores percebidos indevidamente.
- () A ação disciplinar prescreve em cinco anos quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de função de confiança; em dois anos quanto à suspensão; e em cento e oitenta dias quanto à advertência.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – F
- B) V – F – F
- C) V – F – V
- D) F – V – V
- E) V – V – V

15. Servidor municipal, com vontade livre e consciente de ocultar irregularidade em contrato administrativo, deixa de dar publicidade a ato oficial que não estava protegido por sigilo legal, buscando favorecer terceiro. Não se comprovou enriquecimento ilícito nem dano material ao erário. Considerando a Lei de Improbidade Administrativa, na redação vigente, assinale a alternativa correta.

- A) A conduta é atípica para improbidade se não houver dano material ao erário ou enriquecimento ilícito, embora possa configurar infração disciplinar autônoma.
- B) A conduta pode configurar ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois houve a negativa indevida de publicidade a ato oficial.
- C) A conduta configura ato de improbidade por lesão ao erário quando a ocultação da publicidade puder comprometer a fiscalização do contrato, ainda que o dano patrimonial não tenha sido mensurado.
- D) A conduta configura improbidade administrativa pela simples violação objetiva do dever de publicidade, sendo desnecessário demonstrar finalidade ilícita na redação vigente da Lei nº 8.429/1992.
- E) A conduta somente poderia configurar improbidade se praticada pela autoridade competente para autorizar ou ordenar a despesa do contrato administrativo.

16. Nos termos da Lei de Acesso à Informação, quando não for possível conceder o acesso imediato à informação requerida, o órgão ou entidade deverá responder ao pedido em prazo não superior a _____, admitida prorrogação por mais _____, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- A) 10 dias; 10 dias
- B) 15 dias; 15 dias
- C) 20 dias; 10 dias
- D) 20 dias; 20 dias
- E) 30 dias; 15 dias

17. Um cidadão solicita cópia de processo administrativo municipal. O processo contém documentos públicos e, em apenas algumas páginas, dados pessoais sensíveis de terceiros sem pertinência com o interesse público do pedido. Considerando a Lei de Acesso à Informação, assinale a providência mais adequada.

- A) Negar integralmente o acesso ao processo enquanto não houver autorização expressa dos titulares dos dados pessoais constantes de algumas páginas.
- B) Conceder acesso integral ao processo, inclusive às páginas com dados pessoais sensíveis, mediante termo de responsabilidade assinado pelo requerente.
- C) Fornecer apenas relatório administrativo resumido, sem cópia, certidão ou extrato, quando houver qualquer dado pessoal sensível em parte do processo.
- D) Assegurar o acesso à parte não protegida por sigilo, mediante certidão, extrato ou cópia com ocultação das informações pessoais protegidas, quando for possível a segregação da parte sigilosa.
- E) Exigir motivação específica para acesso à parte pública do processo, dispensando a motivação apenas se todos os documentos estiverem previamente publicados no portal de transparência.

18. Servidor efetivo do Município de São Leopoldo sustenta que, para fins de cálculo de benefício previdenciário no regime próprio, devem ser incluídos, sem distinção, valores recebidos a título de horas extraordinárias e adicional de insalubridade percebido em razão de condições temporárias de trabalho. Considerando a Lei Municipal nº 5.700/2005, assinale a alternativa correta.

- A) A pretensão deve ser acolhida quanto às parcelas pagas com habitualidade e contribuição, pois a repetição do pagamento transforma horas extraordinárias e adicionais temporários em verba permanente para fins previdenciários.
- B) A pretensão deve ser rejeitada na forma ampla em que formulada, pois a base de cálculo previdenciária deve observar as parcelas permanentes e as hipóteses de incorporação legal, não se confundindo, em regra, com verbas transitórias ou indenizatórias percebidas em razão de condições ocasionais de trabalho.
- C) A pretensão deve ser acolhida quanto às horas extraordinárias sempre que tenha havido contribuição previdenciária sobre a parcela, ainda que o pagamento decorra de necessidade eventual do serviço.
- D) A pretensão deve ser acolhida quanto ao adicional de insalubridade se ele tiver sido percebido durante período superior ao estágio probatório, pois a continuidade do pagamento gera incorporação previdenciária automática.
- E) A pretensão deve ser rejeitada apenas quanto às horas extraordinárias, mas o adicional de insalubridade integra sempre a base previdenciária por possuir natureza remuneratória enquanto pago.

19. A Administração Municipal pretende revisar a organização de determinados cargos do Poder Executivo e afirma que o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos pode ser aplicado de modo isolado, sem relação com o regime jurídico estatutário dos servidores municipais. À luz da Lei Municipal nº 6.570/2008 e da Lei Municipal nº 6.055/2006, assinale a alternativa correta.

- A) O Plano organiza cargos e vencimentos do Poder Executivo, mas, por ser lei especial posterior, substitui integralmente o Estatuto municipal quanto a provimento, direitos e deveres dos servidores.
- B) O Plano disciplina a estrutura das carreiras e autoriza transposição entre cargos efetivos quando houver equivalência remuneratória e compatibilidade de escolaridade.
- C) O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos organiza cargos, carreiras e vencimentos do Poder Executivo municipal, devendo ser aplicado em harmonia com o regime jurídico único dos servidores públicos municipais e com as regras estatutárias de provimento, direitos e deveres funcionais.
- D) O Plano deve ser aplicado em harmonia com o Estatuto apenas quanto aos servidores já estáveis, pois os recém-nomeados ficam submetidos exclusivamente às regras do edital de concurso.
- E) O Plano alcança vencimentos e enquadramentos funcionais, mas a organização das carreiras permanece reservada exclusivamente ao regime jurídico estatutário.

20. Associe os institutos previstos na Lei Municipal nº 6.055/2006 às respectivas definições.

1. Readaptação.	() Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
2. Reversão.	() Retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por inspeção médica, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
3. Recondição.	() Investidura do servidor efetivo em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com limitação física ou mental verificada em inspeção médica.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- A) 1 – 2 – 3
- B) 3 – 2 – 1
- C) 2 – 1 – 3
- D) 2 – 3 – 1
- E) 3 – 1 – 2

RACIOCÍNIO LÓGICO/MATEMÁTICA

21. Um carro percorre 180 km utilizando 15 litros de combustível. Mantendo o mesmo consumo, quantos litros serão necessários para percorrer 300 km?

- A) 20 litros
- B) 22 litros
- C) 25 litros
- D) 30 litros
- E) 35 litros

22. Os tempos, em minutos, que cinco alunos levaram para concluir uma atividade foram: 18, 25, 21, 37, 24. Qual é a mediana desses tempos?

- A) 18
- B) 21
- C) 24
- D) 25
- E) 37

23. Em um tablet, a senha de acesso é formada por um número inteiro positivo x . Para descobrir a senha, a seguinte instrução foi dada: “Se você multiplicar o número por ele mesmo e, em seguida, somar o seu triplo, obterá exatamente o mesmo resultado que somar 30 ao dobro do número”. Qual é o valor de x ?

- A) 4
- B) 5
- C) 6
- D) 8
- E) 10

24. Em uma escola existem três clubes: o Clube dos Matemáticos (M), o Clube dos Escritores (E) e o Clube dos Estrategistas (T). Sabe-se que: 18 alunos participam do clube M; 15 alunos participam do clube E; 12 alunos participam do clube T; 7 alunos participam dos clubes M e E; 5 alunos participam dos clubes M e T; 4 alunos participam dos clubes E e T; 2 alunos participam dos três clubes. Além disso, descobriu-se que exatamente 6 alunos não participam de nenhum desses clubes. Quantos alunos há nessa escola?

- A) 34
- B) 35
- C) 36
- D) 37
- E) 40

25. Em um treino aeróbico, uma atleta realiza duas atividades, corrida e pular corda. O atleta corre durante 2,5 minutos, queimando 8,4 kcal por minuto. Já na corda, o atleta queima 12 kcal por minuto, durante x minutos. Sabe-se que, ao final do treino, a atleta queimou exatamente 63 kcal nessas duas atividades. Por quanto tempo ela pulou corda?

- A) 2,0 minutos
- B) 2,5 minutos
- C) 3,0 minutos
- D) 3,5 minutos
- E) 4,0 minutos

26. A negação da proposição “Frank é generoso e simpático” é:

- A) Frank não é generoso ou não é simpático.
- B) Frank é generoso e não é simpático.
- C) Frank é, e somente é, generoso.
- D) Se Frank não é generoso, então é simpático.
- E) Frank não é generoso e não é simpático.

27. Considere a sequência numérica a seguir: $1 \quad 4 \quad 9 \quad 16 \quad m \quad 36 \quad 49 \quad n$

Sabendo que a sequência segue um padrão regular, determine $m + n$:

- A) 50
- B) 64
- C) 89
- D) 120
- E) 159

28. Um número natural de três algarismos tem a forma $4x8$, sendo x um algarismo desconhecido. Sabe-se que esse número natural é divisível por 3, por 4 e por 9. Qual o valor do algarismo x ?

- A) 2
- B) 3
- C) 4
- D) 5
- E) 6

29. Analise as frases abaixo:

- I. "A Terra gira em torno do Sol".
- II. "Apague a luz, por gentileza".
- III. " $0,5 + 0,1 = 0,6$ ".
- IV. "Você já jantou?"
- V. "Todo número par é divisível por 2".

Quais das frases são proposições simples?

- A) Apenas I, II e III
- B) Apenas I, III e V
- C) Apenas II, IV e V
- D) Apenas I, II, III e V
- E) Todas as frases são proposições

30. Em um treino de CrossFit, uma atleta realiza subidas em uma corda de 4,8m de altura. Na primeira tentativa, ela sobe 2,4m. Na segunda tentativa, ela sobe 75% da altura que ainda faltava para alcançar o topo. Na terceira tentativa, ela completa exatamente o restante da subida. Quantos metros ela subiu na terceira tentativa?

- A) 0,6 m
- B) 0,9 m
- C) 1,2 m
- D) 1,5 m
- E) 1,8 m

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**31. À luz da Lei nº 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, e considerando as regras sobre prazo, recurso e efeitos da sentença, assinale a alternativa correta:**

- A) Concedida a medida liminar, o processo terá prioridade para julgamento e, quando o pedido for de natureza estritamente patrimonial, seus efeitos retroagem à data do ato impugnado independentemente de caução.
- B) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada erga omnes, beneficiando inclusive terceiros estranhos à relação processual, e induzirá litispendência em relação ao mandado de segurança individual, que deverá ser extinto sem resolução de mérito.
- C) Da sentença que denega a segurança cabe apenas recurso de agravo de instrumento, sem efeito suspensivo, dada a natureza mandamental do provimento.
- D) O direito de impetrar mandado de segurança extingue-se decorridos 120 (cento e vinte) dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- E) Concedida a segurança, a sentença está sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição, mas a interposição de apelação pela pessoa jurídica interessada impede, em qualquer hipótese, a execução provisória da decisão.

32. Considerando a disciplina da Lei nº 9.868/1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- A) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, o STF poderá, por maioria simples de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado.
- B) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade, admite-se a desistência por parte do legitimado proponente até a inclusão do feito em pauta de julgamento, hipótese em que o processo será extinto sem resolução de mérito.
- C) A medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade será concedida por decisão monocrática do relator e, salvo expressa previsão em sentido diverso, possui eficácia ex tunc e efeito repristinatório indireto sobre a legislação anterior eventualmente revogada.
- D) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade somente será proferida se presentes na sessão pelo menos seis Ministros, exigindo-se, para o reconhecimento da inconstitucionalidade, o voto de pelo menos quatro Ministros.
- E) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, tem eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

33. Considerando a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, julgue os itens a seguir em verdadeiro (V) ou falso (F):

- () Constitui ato de improbidade administrativa a ação ou omissão dolosa, não configurando improbidade o mero exercício da função ou o desempenho de competências públicas sem comprovação de ato doloso com fim ilícito.
- () Admite-se a modalidade culposa de improbidade administrativa quando da conduta resultar prejuízo ao erário.
- () A prescrição da pretensão sancionadora ocorre em oito anos, admitida a prescrição intercorrente.
- () As sanções de suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratar com o poder público são de aplicação automática e cumulativa em todas as hipóteses, vedada ao juiz qualquer dosimetria.

A sequência correta é:

- A) V, V, F, F
- B) F, V, V, F
- C) V, F, V, F
- D) V, F, F, V
- E) F, F, V, V

34. A respeito do regime constitucional dos precatórios e das requisições de pequeno valor (RPV) e da execução contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- A) É facultado ao credor de precatório, mediante simples requerimento, optar pelo recebimento integral e imediato de seu crédito por meio de requisição de pequeno valor, ainda que o montante exceda o teto fixado em lei para essa modalidade.
- B) Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, a entidade pública será citada para, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento, sob pena de penhora de bens suficientes à satisfação do crédito.
- C) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, ressalvados aqueles cujos titulares tenham sessenta anos de idade ou mais, ou sejam portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, até determinado limite, que gozam de preferência ainda maior.
- D) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas em virtude de sentença judiciária far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, não se admitindo, sob qualquer fundamento, a fixação de valores distintos de requisição de pequeno valor segundo a capacidade econômica do ente devedor.
- E) Opostos embargos à execução contra a Fazenda Pública, a expedição do precatório dependerá do trânsito em julgado da sentença que os rejeitar, sendo vedada a expedição de precatório quanto à parte incontroversa da execução.

35. Sobre a desapropriação por utilidade pública disciplinada pelo Decreto-Lei nº 3.365/1941 e sobre o regime jurídico dos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- A) Na desapropriação por utilidade pública, a contestação na ação judicial poderá versar livremente sobre qualquer matéria, inclusive sobre o mérito do interesse público que fundamentou o ato expropriatório.
- B) Os bens públicos dominicais são imprescritíveis, mas, por não estarem afetados a uma finalidade pública específica, podem ser adquiridos por usucapião quando a posse do particular ultrapassar quinze anos.
- C) A desapropriação indireta é o procedimento pelo qual a Administração, mediante prévio decreto e justa indenização, incorpora ao seu domínio bem imóvel particular, dispensada, nessa hipótese, a fase judicial.
- D) Os bens de uso comum do povo e os de uso especial, enquanto conservarem essa qualificação, são inalienáveis, mas podem ser onerados por direitos reais de garantia, dada a sua expressão econômica.
- E) Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, e a caducidade do decreto expropriatório opera-se em cinco anos, contados da sua expedição, somente podendo a declaração ser renovada decorrido um ano.

36. Considerando o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/1994), no tocante às atividades privativas, direitos, incompatibilidades e infrações disciplinares do advogado, assinale a alternativa correta:

- A) A sanção disciplinar de exclusão dos quadros da OAB é aplicável, entre outras hipóteses, no caso de aplicação, por três vezes, de suspensão, exigindo a decisão correspondente a manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.
- B) O exercício da advocacia é incompatível, ainda que em causa própria, com a atividade dos ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público.
- C) No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, gozando de imunidade que abrange, sem qualquer ressalva, os crimes de injúria, difamação, calúnia e desacato cometidos em juízo.
- D) São atividades privativas de advocacia a postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais e as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas, exigindo-se inscrição na OAB inclusive para a impetração de habeas corpus.
- E) A prescrição da pretensão à punibilidade das infrações disciplinares ocorre em três anos, contados da data da constatação oficial do fato, não se interrompendo pela instauração de processo disciplinar.

37. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), notadamente após as inovações trazidas pela Lei nº 13.655/2018 quanto à segurança jurídica e à eficiência na aplicação do direito público, estabelece que:

- A) A decisão que, com base em interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impuser novo dever ou novo condicionamento de direito, terá eficácia retroativa, alcançando situações plenamente constituídas.
- B) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- C) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- D) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo, erro grosseiro ou culpa leve, sendo irrelevante a complexidade da matéria.
- E) A invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cujos efeitos já tenham se esaurido dispensa, em qualquer hipótese, a indicação de modo e condições para a regularização das relações dela decorrentes.

38. À luz da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que concerne aos prazos de decadência e prescrição e à responsabilidade do fornecedor, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis, e em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- B) Prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir da efetiva aquisição do produto ou da contratação do serviço.
- C) O fabricante, o produtor, o construtor e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de seus produtos.
- D) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- E) O comerciante é responsável pela reparação dos danos causados por fato do produto apenas nas hipóteses taxativamente previstas em lei, e não em qualquer circunstância.

39. Nos termos do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), no que concerne às modalidades de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- A) A isenção e a anistia são modalidades de extinção do crédito tributário e, uma vez concedidas, dispensam o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.
- B) A transação e a remissão são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, podendo ser concedidas de ofício pela autoridade administrativa independentemente de previsão legal.
- C) O pagamento de um crédito tributário importa em presunção absoluta de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos, quando relativos ao mesmo sujeito passivo.
- D) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário a moratória, o depósito do seu montante integral, as reclamações e os recursos no processo tributário administrativo, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial e o parcelamento.
- E) A decadência e a prescrição extinguem o crédito tributário; a decadência refere-se ao prazo para a cobrança judicial do crédito já constituído, enquanto a prescrição se refere ao prazo para a constituição do crédito pelo lançamento.

40. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa correta a respeito das modalidades, dos critérios de julgamento e da fase de julgamento das propostas:

- A) O critério de julgamento por maior retorno econômico, utilizável exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considera a maior economia para a Administração, e a remuneração do contratado será fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.
- B) O diálogo competitivo é a modalidade de licitação destinada à contratação de obras, serviços e compras em que a Administração seleciona a proposta mais vantajosa com base no menor preço, sendo vedada sua utilização para soluções inovadoras.
- C) São modalidades de licitação o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão, a tomada de preços e o diálogo competitivo, mantendo-se a tomada de preços para contratações de valor intermediário.
- D) Na modalidade pregão, o critério de julgamento poderá ser o de menor preço, o de maior desconto ou o de técnica e preço, conforme a complexidade do objeto.
- E) Encerrada a fase de julgamento, a habilitação do licitante vencedor precederá obrigatoriamente a abertura das propostas, em observância à inversão de fases consagrada como regra absoluta na nova lei.

RASCUNHO